

Título: **A primeira Crónica Portuguesa**

Autor(es): **José Mattoso**

Enquadramento Institucional: **Director da Medievalista**

Contacto: **jjmtts@hotmail.com**

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. N.º6, (Julho 2009). Direc. José Mattoso. Lisboa: IEM.

Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

ISSN: 1646-740X

Resumo

A partir da datação da Crónica de los Veinte Reyes, estabelecida por Inéz Fernandez Ordoñez, F. Moreira faz recuar para antes de 1282/4 a redacção da uma Primeira Crónica Portuguesa, origem da IV Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra, até agora considerada com escrita c. 1340. Procura demonstrar a sua unidade redactorial, o seu testemunho em função da ideologia régia e a sua origem cortesã. Admitindo, embora, o interesse destes argumentos, defende-se a origem compósita das narrativas que a precedem e a necessidade de as enquadrar sociologicamente. O interesse ideológico da crónica é reduzido face à historiografia régia castelhana.

A primeira Crónica Portuguesa

A recente obra de Filipe Alves Moreira intitulada Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa contém, em relação com uma matéria muito visitada (mais do que estudada ou investigada), algumas novidades que me parece deverem ser, por um lado, sublinhadas devido à sua importância histórica, e, por outro, aprofundadas em virtude do seu carácter inseguro, ou mesmo, a meu ver, discutível ou ambivalente. Ambos os aspectos merecem ser examinados porque os problemas implicados em cada um destes pontos de vista revestem uma certa importância histórica. Verifica-se aqui como o exame atento de certos pormenores aparentemente insignificantes de um texto pode alterar decisivamente o conhecimento que temos acerca de questões mais vastas. O texto a que o Autor chama Primeira Crónica Portuguesa, cuja principal versão é a IV Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra será, com efeito, propõe o Autor, a primeira obra em prosa de conteúdo histórico escrita em português.

Evocando investigações bastante conhecidas, recordemos que a IV Crónica Breve foi considerada por L. F. Lindley Cintra como um texto dependente da chamada Crónica de Veinte Reyes e como fonte da matéria correspondente do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro e da Crónica Geral de Espanha de 1344, do mesmo autor.

Por seu lado, António José Saraiva, além de aderir à tese de Cintra, apresentava a hipótese, depois largamente recebida, tanto em obras de divulgação como em obras especializadas, de a narrativa do conflito entre Afonso Henriques e o legado apostólico (conhecida também pela versão dramatizada de Alexandre Herculano, com o título de «O Bispo Negro»), transmitida tanto pela Crónica dos Veinte Reyes como pela IV Crónica Breve, se poder considerar como uma versão prosificada de um antigo cantar de gesta português. Apresentava como prova alguns passos onde julgava ainda ver marcas da antiga versão oral. Desenvolvia, assim, a opinião de Cintra, que tentava descobrir nas narrativas recolhidas pelos cronistas do século XIV vestígios de uma forma épica. O texto de que a IV Crónica Breve seria o melhor testemunho teria o excepcional valor de preservar os restos de uma narrativa inspirada pelas gestas castelhanas e remontaria ao princípio do século XIII.

Em terceiro lugar, Diego Catalán Menéndez Pidal, embora tenha confirmado a relação estabelecida por Cintra entre a IV Crónica Breve e as duas obras do Conde D. Pedro, o Livro de Linhagens e a Crónica Geral de Espanha de 1344, provou, sem grande margem para dúvidas, que ela não deriva da dos Veinte Reyes, mas constitui uma versão de uma

fonte comum a ambas, hoje perdida, a que chamou Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal. Além disso, reconstituiu alguns dos seus elementos primitivos baseando-se no testemunho indirecto fornecido pelas *Chronicas de Acenheiro*.

Resumindo assim, muito brevemente, uma questão histórica efectivamente importante, e para a qual se usou até aos anos 80 do século passado, uma enorme bateria de argumentos inspirados pela crítica textual e pela crítica interna, pode-se perceber, apesar das evidentes incógnitas, que está em causa não só o nosso primeiro texto português de conteúdo histórico escrito depois dos velhos anais latinos de origem clerical, os *Annales Portucalenses Veteres* e outros do mesmo género, mas também o primeiro de todos os escritos em prosa da nossa língua. Embora em ambos os casos os textos sejam curtos, não podemos ignorar a distância que separa os dois géneros em que se incluem as primeiras produções historiográficas portuguesas: de um lado, a lista sincopada, escrita em latim, de acontecimentos datados, típica dos «anais»; de outro, a narrativa sequencial, em português, dos feitos de um ou mais reis como chefes de uma nação, própria da crónica. A importância do facto contrasta, porém, não se deve esquecer, com a brevidade dos textos. Mereceriam tão grande investimento de recursos analíticos se não se tratasse de fontes primordiais?

Ora a descoberta, na década de 80, de um novo manuscrito da célebre *Estoria de España de Afonso X* permitiu a Inês Fernández Ordoñez demonstrar que a Crónica de Veinte Reyes não era, como até então se julgava, uma crónica autónoma, mas uma parte da chamada «versão crítica» da mesma *Estoria*, seguramente redigida sob orientação do próprio Afonso X, entre 1282 e 1284. Este facto repercutiu-se sobre a datação do texto perdido intitulado por Diego Catalán *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, cuja principal versão é, como vimos, a *IV Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*. Pertence a Filipe Moreira o mérito de ter percebido rapidamente as suas implicações.

Recordemos que se tinha estabelecido, embora de forma mais implícita do que expressa, que se tratava de um texto não muito anterior aos anos 40 do século XIV, perpetuado por iniciativa do conde D. Pedro de Barcelos graças à sua recolha dos materiais que utilizou para redigir o *Livro de Linhagens* e a *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Ora, o facto de ter constituído obra autónoma e anterior à *Crónica de Veinte Reyes*, escrita antes de 1282-1284, obriga a recuar a data da sua composição para uns sessenta anos

mais cedo. Filipe Moreira soube tirar partido destes dados. Vejamos, pois, os elementos essenciais da sua tese.

Em primeiro lugar, por meio de uma cuidadosa comparação textual das três versões mais extensas, a IV Crónica Breve, a Crónica de Veinte Reyes e o Livro de Linhagens, procura reconstituir, tanto quanto é possível, a versão primitiva da obra em que se basearam essas mesmas versões, aperfeiçoando, assim, o trabalho ensaiado outrora por António José Saraiva apenas para as duas primeiras. A reconstituição de Filipe Moreira passará, sem dúvida a ser usada como a versão canónica, digamos assim, daquilo que o seu autor chama, com razão, a Primeira Crónica Portuguesa, título que tem a vantagem de simplificar o criado por Diego Catalán. Os historiadores e filólogos interessados por estes temas agradecerão, sem dúvida, o facto de assim poderem dispor de um texto seguro e fiável.

Em segundo lugar (é este, a meu ver, o principal mérito da obra), Filipe Moreira circunscreve, de forma mais fundamentada e completa do que até aqui, o efectivo conteúdo do mesmo texto. Com efeito, até agora, as atenções concentravam-se sobre a estória de Afonso Henriques. Poucos foram os autores que se interessaram pelas notícias da IV Crónica Breve acerca de Sancho I e dos reis seguintes. Filipe Moreira, a meu ver com razão, demonstra que estas informações faziam já parte integrante da obra primitiva. Todavia, a sua reconstituição incide sobre um texto cujo conteúdo não vai além da morte e sepultura de Sancho II em Toledo. Veremos mais adiante o que pensar a este respeito.

A reconstituição formal da Primeira Crónica Portuguesa infunde-lhe, assim, uma coerência e uma especificidade que até hoje não tinham sido percebidas. Torna-se inevitável considerá-la como uma obra redigida na corte régia. O teor e a forma da mais longa notícia de todas (embora com escassas 20 linhas...), acerca da deposição de Sancho II, para além das consagradas a Afonso Henriques, confirmam essa mesma origem. Com efeito, o ponto de vista favorável ao Conde de Bolonha e o relevo dado ao clero na exposição dos factos tendem a legitimar a sucessão do rei deposto, o que só pode ter acontecido em ambiente cortesão criado pelo triunfo de Afonso III. Ora estes dados permitem alterar a opinião comum segundo a qual a obra de que a IV Crónica Breve deriva teria sido redigida em meios senhoriais. Eu próprio admiti essa tese, como

a mais verosímil dentro das alternativas possíveis, tendo em conta que se admitia datar dos anos 40 do século XIV. Trata-se também de uma questão a aprofundar.

Por último, Filipe Moreira procura demonstrar, sem todavia transformar a sua argumentação em tese, que se trata de um texto com uma inegável unidade. Na sua opinião, as hipóteses anteriormente avançadas em favor de uma origem compósita, nomeadamente a consideração separada das quatro sequências que tratam de Afonso Henriques (a morte do Conde D. Henrique, as lutas contra D. Teresa e Afonso VII, o «Bispo Negro» e o desastre de Badajoz), não invocam argumentos suficientes para negar a coerência global da narrativa. Pelo contrário, diz o Autor; os indícios de unidade redactorial prevalecem sobre os que apontam para a origem independente das quatro sequências. Não vai até ao ponto de admitir essa possibilidade, mas o que lhe interessa é demonstrar a unidade e coerência da obra no seu conjunto.

Tendo sublinhado os pontos em que me parece que a obra de Filipe Moreira constitui um efectivo avanço em relação ao estado de conhecimentos anterior, não deixarei, porém, de manifestar a minha discordância em alguns pontos, ou as minhas dúvidas acerca de problemas que me parecem insuficientemente esclarecidos.

Comecemos pelos últimos.

A tese de António José Saraiva a respeito do carácter épico do texto que intitulou «Gesta de Afonso Henriques» está hoje desacreditada. Como autor do artigo a ele consagrado no Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa, devo lembrar que já nessa altura manifestava dúvidas a respeito de tal classificação, remetendo todavia o leitor para a leitura da obra de Saraiva. Na verdade, durante as décadas de 1920 a 1950 a autoridade de Ramón Menéndez Pidal acerca da literatura épica castelhana e da sua relação com a historiografia hispânica medieval exerciam tal fascínio sobre os medievalistas, que se procuravam por toda a parte vestígios de cantares de gesta. Sabe-se hoje, porém, que muitas narrativas medievais recolhidas por obras de outros géneros têm origens muito variadas. Aceite-se, pois, sem dificuldade, a classificação da estória de Afonso Henriques como simples narrativa.

Mas não basta a classificação deste texto para desprezar o problema da sua origem. Com efeito, nem todos os argumentos de Filipe Moreira para o secundarizar me parecem justos. As reminiscências das lutas entre clero de simpatia ou origem moçárabe contra o clero de observância romana, institucionalmente prolongadas pelas violentas

controvérsias entre a comunidade de Santa Cruz, simpatizante do primeiro, e os cónegos da Sé, representantes do segundo, criaram em Coimbra um ambiente que não é lícito ignorar se se pretende conhecer o sentido do episódio. Todavia, o teor da estória tal como é relatada na Primeira Crónica Portuguesa (não hesito em adoptar este título) manifesta uma origem não clerical; o seu autor não parece conhecer suficientemente as instituições eclesiásticas para utilizar o vocabulário adequado, e interpreta o conflito dando um sentido simbólico aos pormenores escolhidos. Mas seria um anacronismo atribuir-lhe um pensamento anticlerical. Neste ponto discordo por completo da opinião de Filipe Moreira. O papel negativo cabe ao papa e aos seus representantes; não ao clero português ou coimbrão no seu conjunto. Também não me parece de modo algum que a escolha desta narrativa se destine, na mente do redactor, a completar uma definição da autoridade do rei para com a primeira das «três ordens». Com efeito, na opinião de Filipe Moreira, depois do episódio em que D. Henrique, moribundo, recomenda ao filho que seja «companheiro a filhos d'algo» e faça «honra» «aos concelhos», fora definida a sua autoridade para com a segunda e a terceira das «três ordens»; faltaria marcar a sua supremacia para com o clero. Acontece, porém, que não consigo descobrir nenhum vestígio de tipo redactorial para sustentar tal tese. Pelo contrário: se não me parece haver dúvida que o papel do rei para com os nobres e os concelhos, tal como é definido no princípio da primeira sequência, se inspira no princípio de que deve haver uma verdadeira partilha de funções e um exercício do poder condicionado pelos privilégios dos nobres e a autonomia relativa dos concelhos (e não numa autoridade absoluta do rei sobre eles), já o relato do seu comportamento para com o clero tem um sentido muito diferente. Com efeito, o narrador, atribui a Afonso a plena autoridade (isto é exercida sem prévia consulta dos representantes da «primeira ordem») sobre a escolha do bispo, e não hesita em ameaçar de morte o legado papal, reclamando assim uma posição acima do próprio papa. Não há, pois, nenhum paralelismo entre o sentido da primeira sequência do texto e o sentido da terceira. O conceito de poder régio é completamente diferente nas duas secções do texto. Para mim é, pois, evidente que a Crónica se baseou em narrativas diferentes e procedentes de meios sociais distintos.

A meu ver, a tese da coerência global do texto, defendida por Filipe Moreira, devia-se basear prevalentemente em argumentos formais e textuais. Neste sentido, façamos um pequeno exercício quantitativo. Reparemos que a primeira sequência (morte de D. Henrique) tem 34 linhas; a segunda (conflito com a mãe e o imperador), 53; a terceira

(Bispo Negro), 72; e a quarta (Badajoz), 21 (sem contar com a secção de carácter analítico, com 21 linhas). É evidente a extensão francamente maior da terceira. Ora é precisamente aquela que mais claramente constitui uma verdadeira estória. Este carácter pode-se também atribuir à narrativa da luta com a mãe, mas a sua extensão é menor. Todavia, o redactor atribui a esta, e não àquela, a função de comandar a intriga envolvente, pois é ela que liga entre si os episódios de S. Mamede, da luta com o Imperador, da derrota de Badajoz, e até da intervenção do legado papal. Se há alguma unidade no texto ela inspira-se no conflito entre Afonso e sua mãe. De facto, textualmente falando, os elementos de ligação existem. Mas, entre a segunda e a terceira sequência, a fórmula usada pelo redactor é de tal modo tosca que não se pode ignorar o seu carácter artificial: «E despois ouve batalha em nos quamos d'Ourique e venceo-a. E dês ally em diante se chamou el rey dom Affonso de Portugal. E o apostólico ouviu dizer como prendera sa madre, e que a trazia consigo presa». A esta observação pode-se acrescentar o carácter conclusivo da fórmula que encerra a terceira sequência, como se fosse um texto autónomo: «e en todos seus dias nem huum nom fez al em toda sa terra senom o que ell quis».

Em tempos sustentei que o meio social onde, segundo os conhecimentos históricos actuais, seria lógico (acentue-se este qualificativo) situar o nascimento da história do Bispo Negro seria no meio dos cavaleiros de Coimbra. Aquele mesmo onde, também hipoteticamente, teria sido redigida a narrativa latina da conquista de Santarém. Depois de eu ter sugerido tal aproximação, a minha hipótese viria a ser de certo modo confirmada e aprofundada pelas objectivas investigações da Professora Leontina Ventura acerca dos contornos e evolução desse mesmo grupo social. A existência de um grupo de cavaleiros que teriam sido os fiéis auxiliares de Afonso Henriques nas expedições que conduziu entre 1135 e 1169, cujos sucessores formaram um grupo ligado por afinidades de parentesco, sedado em Coimbra e nas regiões mais próximas, embora não possa ser demonstrada de uma forma apodíctica, apoia-se em vários indícios concretos e concordantes. Creio que se lhe pode atribuir consistência suficiente para o propor também para explicar o que há de típico na história do Bispo Negro, incluindo as reminiscências do conflito em torno do ritual moçárabe, prolongado pelos ódios que a intervenção papal desencadeou no conflito entre a Sé de Coimbra e o mosteiro de Santa Cruz. Em termos textuais, esta hipótese apoia-se na maneira como a narrativa relata a intervenção dos «vassalos» que anunciam ao rei a fuga do cardeal

quando ele se levanta de manhã (ed. F. Moreira, p. 133), e a intervenção dos «quatro cavaleiros» que em Vimieiro o aconselham a não o decapitar. Em nenhuma outra fonte medieval, exceptuando a da conquista de Santarém (com origem semelhante), aparece tão bem delineada a relação que se teria estabelecido entre Afonso Henriques e os seus apoiantes mais fiéis. A imagem do rei rodeado dos seus vassallos, quase como chefe de um bando armado, concorda perfeitamente com o que sabemos do grupo de cavaleiros de Coimbra, que constituiu o «núcleo duro» da corte afonsina até ao desastre de Badajoz. Na narrativa, porém, o comportamento de Afonso aparece já transfigurado pela distância de uma memória de duas ou três gerações.

Os cavaleiros de Coimbra constituem, porém, um grupo diferente do meio linhagístico do Norte, a que pertenciam os magnates da corte e os ricos homens governadores das principais terras, de tradições independentes e mais antigas. Neste, cultivar-se-iam, pelo contrário, sentimentos de rivalidade que suscitaram pequenas narrativas depreciativas para com Afonso Henriques, também com inegáveis resultados textuais preservados pelos Livros de Linhagens, mas que não deixaram qualquer vestígio na Primeira Crónica, a não ser, na minha opinião, sob a forma moderada que revestiram as palavras de Soeiro Mendes entre a primeira e a segunda fase da batalha de S. Mamede. Apesar de interpretáveis, na opinião de Filipe Moreira, como palavras de um «adjuvante» do herói, não me parece que se possa ignorar o evidente tom de censura que a Crónica Portuguesa lhe atribui: «Nom fezestes sisso que aa batalha fostes sem mim». Custa-me a crer que um algum escriba da corte de Afonso III se lembrasse de as escrever numa obra destinada a exaltar a autoridade régia, se não as tivesse antes lido ou ouvido em algum lado.

Que o redactor não ignorava as reservas e resistências suscitadas contra Afonso Henriques por alguns sectores do reino, é o que se verifica, com toda a clareza, através das palavras com que, aparentemente, deveria terminar, numa certa fase do seu trabalho, o texto sobre o seu reinado: «E em como foi da primeira muy esquivo asi tornou despois pela graça de Deus a ser muyto a serviço de Deus, qua em seu tempo, quando era mancebo, non conhicia tanto Deus nem sabia que era» (p. 135). Se não é difícil aceitar a tese de uma versão de tipo cronístico a que um autor único teria procurado dar forma coerente, de certo modo preservada pelo seu estado actual, não parece razoável ignorar o interesse de um trabalho mais «arqueológico» que consiste em identificar a origem de

várias narrativas, sobretudo no caso de indiciarem posições contraditórias de diferentes grupos sociais, como acontece justamente neste caso.

Vejam as outras sequências. A relativa autonomia das duas primeiras é menos evidente do que a do Bispo Negro. Além do que acabamos de dizer acerca da possível origem do episódio da intervenção de Soeiro Mendes em S. Mamede, acrescentemos que não se pode ignorar que a época em que Filipe Moreira situa a redacção da Primeira Crónica – o fim do reinado de Afonso III ou o principio do de D. Dinis – coincide exactamente com aquela em que se avolumam as resistências aristocráticas ao cerceamento dos privilégios senhoriais, e começam a surgir textos que exprimem o dever que o rei tem de reconhecer o que deve às linhagens pela conquista do reino. Assim acontece, por exemplo, no prólogo do Livro Velho de Linhagens. O seu autor, conta «os linhagens dos bons homens filhos d'algo do reino de Portugal dos que devem a armar e criar e que andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal». Na mesma ordem de ideias, o Conde D. Pedro apesar de tão próximo do rei, ao apresentar as razões que o levaram a reunir as suas genealogias, diz, em quinto lugar, «por os rreys auerem de conhecer aos uiuos com merçees por os merecimentos e trabalhos e grandes lazeiras que rreçerberom os seus auoos em se guaanhar esta terra de Espanha per elles».

O tópico haveria de se manter e exprimir durante muito tempo. Continuava a ser ideologicamente fundamental basear a reivindicação dos direitos senhoriais na colaboração que as linhagens mais antigas tinham prestado ao rei na conquista do território aos mouros. Como se sabe, as tensões entre a coroa e a nobreza senhorial não cessam de crescer até rebentar a guerra civil de 1319-1325. A conexão destas rivalidades com as anedotas depreciativas para com Afonso Henriques registadas pelos Livros de Linhagens é fundamental para esclarecer o aparecimento e a transmissão de narrativas breves mais ou menos isoladas umas das outras mas de inegável valor ideológico. A comparação deste género literário com o género cronístico só pode enriquecer o conhecimento dos fenómenos de criação literária medieval. Não vejo, pois, nenhuma razão para ignorar ou desprezar as minhas investigações nesse sentido (p. 34).

Com efeito, é importante ter em conta o ambiente de rivalidade entre o rei e as linhagens mais importantes para compreender o alcance da criação de uma narrativa cronística destinada (aceitemos a tese de Filipe Moreira) a exaltar a memória dos reis antecedentes, sobretudo o primeiro deles. Mas o facto de os materiais usados nem

sempre lhe serem favoráveis torna ainda mais interessante o resultado. Com efeito, dir-se-ia que o redactor, não podendo, ou não querendo, excluir tradições contraditórias acerca de Afonso Henriques, acaba por mostrá-lo como personagem marcado pela ambiguidade. Em primeiro lugar, na narrativa da batalha de S. Mamede, acentua, como vimos, o decisivo apoio das linhagens e o papel de adjuvante de Soeiro Mendes¹. Por mais favorável que queira ser, o cronista não deixa de informar que o primeiro rei de Portugal precisou do apoio dos nobres para entrar na posse da herança paterna, e que sairia derrotado se ela não tivesse existido. Mais ainda, a tentativa de lutar sozinho é qualificada de falta de «siso». Aproxime-se este passo da qualificação de «esquivo» usada pelo cronista para caracterizar o comportamento inicial do seu herói, ao fazer um certo balanço de todo o reinado (p. 135).

Em segundo lugar, é também ambivalente o sentido atribuído ao comportamento de Afonso Henriques para com sua mãe, apesar de ser esse mesmo comportamento que constitui o fio condutor da «intriga» que envolve o primeiro reinado da Primeira Crónica. O cronista utilizou, sem dúvida, este episódio como elemento de ligação entre as sequências definidas pelos materiais que reuniu, incluindo a narrativa sobre o destino trágico do seu herói, mas não nega, antes acentua, que a derrota em Badajoz se deveu a uma maldição ou um castigo divino. A maldição funciona de facto como a chave da coerência narrativa. A memória construída pelo primeiro cronista português não só não apaga por completo visões divergentes acerca do rei fundador, conforme os meios sociais que a interpretaram, mas também faz prevalecer como sentido fundamental da vida do herói o destino marcado pela maldição. Com efeito, à artificialidade formal da frase com que se liga a história do «Bispo Negro» à narrativa de S. Mamede - «E o apostolico ouviu dizer...», - corresponde a maneira como o cronista introduz o relato de Badajoz, como um acrescento, depois de uma breve avaliação de todo o reinado: «Depois desto pollo mall e pollo pecado que fez a sua madre...».

¹ F. M. hesita em manter a designação de «amo» atribuída pela *Crónica de Veinte Reyes* a Soeiro Mendes, ausente da *IV Crónica Breve* e do *Livro de Linhagens*, mas acaba por omiti-la. O problema prende-se com a «lenda» de Egas Moniz que noutra trabalho considerei como criação do trovador João Soares Coelho, para esquecer a sua origem de uma linha bastarda e justificar a sua ascensão na corte de Afonso III. Seja como for, a dualidade dos nomes parece indicar a existência de versões alternativas num estágio posterior da transmissão textual. É evidente que a versão original da *Primeira Crónica* favorece a família da Maia ou a de Sousa (Soeiro Mendes) e não a de Riba Douro (Egas Moniz). Mas ficamos sem saber se lhe atribuíu ou não a função da «criação».

Tanto mais que não se pode ignorar a existência de outra tradição acerca do desastre de Badajoz, igualmente apresentado como castigo divino, não ainda por causa da maldição em que o rei incorreu pelo quase matricídio, mas como punição devida às violências cometidas contra o mosteiro galego de Celanova durante a guerra com Fernando II. Esta interpretação está de tal modo bem documentada na *Vita Sancti Rudesindi* que Lindley Cintra admitiu a sua origem leonesa. De facto conhecem-se hoje melhor os prolongados contactos estabelecidos por exilados portugueses na corte leonesa desde a década de 1170, os quais regressaram depois a Portugal, e que não tinham grandes motivos para exaltar a memória de Afonso Henriques. A narrativa aproveitada pelo cronista português, destinada, quem sabe, a reabilitar a memória de D. Teresa, podia ter sido transmitida por eles. Esta hipótese pode não ser muita sólida, mas teria pelo menos a vantagem de contextualizar a intervenção em discurso directo do nobre Fernando Rodrigues, o Castelão, membro da corte leonesa, quando Afonso Henriques jazia deitado com uma perna quebrada num campo de centeio. Duvido que o nosso cronista tivesse transmitido esta informação acerca de uma personagem inteiramente desconhecida na corte portuguesa do fim do século XIII se não a encontrasse nalgum texto escrito, ou não corresse nos meios fidalgos que tinham tido contactos especiais com a corte de Leão, uma narrativa oral sobre os acontecimentos de Badajoz.

Não me parece, pois, muito sensato, desprezar o estudo das origens de narrativas usadas pelo cronista para construir o seu texto. Este trabalho teria a vantagem de ajudar a definir melhor o perfil do redactor. Filipe Moreira apontou já alguns dos seus traços. O mais importante, a meu ver, é o que se baseia na premissa de que lhe pertence exclusivamente a ele, isto é, que não provém de um texto alheio, o relato acerca da deposição de Sancho II (p. 91). Considera-o, creio que com razão, um «letrado» da corte régia interessado em defender a legitimidade de Afonso III como sucessor de Sancho II. Com efeito tendo em conta as alternativas possíveis para o lugar de redacção da Crónica – Santa Cruz de Coimbra, Alcobaça, corte senhorial ou corte régia – e tendo Filipe Moreira reunido vários argumentos para eliminar as três primeiras alternativas, mesmo a de Alcobaça, por considerar acrescentos os passos que com este mosteiro se relacionam (pp. 85-89), resta a possibilidade de considerar o hipotético cronista como um letrado da corte de Afonso III. Aos argumentos de carácter negativo avançados por Filipe Moreira,

pode-se acrescentar um outro, do mesmo tipo, mas com um fundamento textual preciso, baseado na maneira como o autor da Crónica descreve o papel da cidade de Coimbra no conflito com Sancho II. É evidente a sua animosidade contra esse «boa vila», por ter resistido ao Conde de Bolonha, mas onde ele poderia ter «entrado» se quisesse. Fica assim excluída uma eventual origem coimbrã do autor.

Este elemento vem, pois, reforçar a tese da origem não canonical do texto, apesar ter sido em Santa Cruz que se preservou a cópia que melhor representa o original. Filipe Moreira não deixa de aludir de passagem a este pormenor. Todavia, limita as hipóteses de identificação do scriptorium de origem às quatro que mencionei. Admitindo o bom fundamento da argumentação, queria, em todo o caso, chamar a atenção para um dado que pode contribuir para definir melhor a personalidade do cronista. Quero-me referir à lista de boas obras registada no fim do reinado de Afonso I: a fundação da Ordem de Santiago, a protecção de Santa Cruz de Coimbra, a edificação de Alcobaça, o transporte do corpo de S. Vicente para Lisboa, a edificação de um «mosteiro muy rico aa sua custa» em S. Vicente de Fora, a conquista de Évora e a criação da sua diocese, e ainda, além da conquista de muitas vilas e castelos – é esta a passagem mais significativa –, a doação ao Hospital de Jerusalém, em Évora, de «oiteenta vezes mill maravidiiis em ouro pera comprarem erdades e que dessem aos enfermos da enfermaria cada dia por pitança senhos pães queentes de trigo e senhos vassos de bõo vinho. E que o encomendassem em cada huum dia em oraçom» (p. 135).

Perante este texto, em que a doação ao Hospital de Évora parece com tanto relevo, torna-se evidente a necessidade de admitir como hipótese de autoria algum clérigo da corte régia ligado a Évora (porventura algum clérigo da Ordem de Avis) por qualquer relação desconhecida. A crítica interna sugere, até, que seja esta a alternativa mais verosímil, pois nenhuma das outras hipóteses se apoia numa informação tão pormenorizada e concreta como esta. A única objecção que me ocorre é o facto de não se conhecerem testemunhos evidentes de uma produção literária por parte das ordens militares. Esta reserva, todavia, parece-me dever tomar-se mais com preconceito do que como argumento.

Na verdade, esquece a existência de textos que registam de forma narrativa os feitos de várias personagens e acontecimentos biográficos, como as lápides das Ordem do Templo mandadas fazer por Gualdim Pais, a inscrição funerária de Frei Afonso Peres

Farinha, da Ordem do Hospital, a de Frei Estêvão Vasques Pimentel também do Hospital, a tradição acerca da batalha de Ourique consignada no relatório sobre os bens da Ordem de Santiago de 1317-1319², e, obviamente, a Crónica de Paio Peres Correia também da Ordem de Santiago. E ainda, por outro lado, a existência de uma tradução portuguesa do Livro de José de Arimateia por Frei João Vivas um clérigo da Ordem de Santiago provavelmente ligado ao mosteiro das cónegas de Santos, em Lisboa.

Trata-se, é verdade, de um terreno muito pouco conhecido, mas que merece a pena explorar. Repare-se, desde já, que as ordens militares apoiaram o Conde de Bolonha e não Sancho II durante a guerra civil de 1245. Convém finalmente, não esquecer, embora, que eu saiba, sem relação com as ordens militares, o discurso que João Simão fez em Santarém em 1305 para justificar a recuperação das lezírias por parte de D. Dinis com algumas referências aos reis anteriores³. É um dos poucos testemunhos da formulação de uma ideologia régia anterior aos textos do Conde D. Pedro.

Tudo o que até aqui procurei expor confirma, no essencial, a tese de Filipe Moreira. A IV Crónica Breve preserva o essencial do texto uma Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal, como lhe chamou Diego Catalán, e a que também se pode chamar, com razão, Primeira Crónica Portuguesa. Redigida a partir de várias narrativas anteriores (que me parece deverem ser distinguidas entre si para melhor poder averiguar a origem e o sentido de cada uma delas – no que discordo de Filipe Moreira), tem de ser anterior a 1282-1284 por datar destes anos o mais antigo dos seus testemunhos, a Crónica de Veinte Reyes. Constitui, portanto, o mais antigo produto narrativo em prosa da literatura portuguesa. Tendo sido redigido na corte régia por um letrado que procura demonstrar a legitimidade da coroa de Afonso III como sucessor de Sancho II, trata-se também de um texto marcado pela ideologia régia. Tenho, neste ponto, de admitir uma correcção importante ao que escrevi há quase vinte e cinco anos em *Identificação de um País* (5ª ed., 1995, vol. II, pp. 203-204). Com efeito pensava então que a IV Crónica Breve era um texto de origem senhorial recolhido por D. Pedro de Barcelos em ordem à redacção do seu Livro de Linhagens e da Crónica Geral de 1344. O corolário que dessa opinião

² Já notada por A. B. da Costa Veiga e por Lindley Cintra, como referi em *Identificação de um país*, II, p. 204 da 5ª ed.

³ Citado *ibidem*.

tirava era a inexistência de uma formulação da ideologia régia inspirada pela História. Filipe Moreira demonstra, pois, o contrário.

Atenua-se, assim, a anomalia manifestada pelo contraste entre uma prática de centralização administrativa do poder régio singularmente precoce (adoptada por Afonso II) por comparação com a época em que outras monarquias europeias começaram a segui-la, e a ausência total ou parcial de justificações ou juízos de valor acerca dos direitos e prerrogativas da autoridade régia do ponto de vista político. Atenua-se, mas não desaparece. Esperar-se-ia, na verdade, que os feitos de Afonso II, Afonso III e D. Dinis, tão precoces (no primeiro caso), e tão eficazes (nos outros dois) no cerceamento dos direitos senhoriais e na domesticação de uma nobreza concorrencial, e, além disso, tão bem sucedidos na progressiva redução das autonomias concelhias, inspirassem a criação de uma memória favorável à exaltação da figura régia. Tanto assim que a obra portuguesa que mais se aproxima desta Primeira Crónica pelo motivo e pela matéria, são os Anais de D. Afonso, redigidos em Santa Cruz de Coimbra, cujo prólogo exalta de tal modo a sua figura que o torna um verdadeiro instrumento de Deus. Nesse sentido, o protagonista dos Anais é um verdadeiro rei fundador. Mas o da Crónica é apenas um «herói».

Para medir o significado histórico deste contraste, podemos comparar o que se passa em Portugal com o que acontece em Castela durante o século XIII. Por volta da década de 1280, época de redacção da nossa Primeira Crónica, Afonso X e os seus colaboradores tinham já acumulado centenas de páginas da sua *Primera Crónica General*, e entregavam-se já à tarefa da sua revisão crítica. Antes deles já Lucas de Tuy e Rodrigo Ximénez de Rada tinham escrito em latim as suas histórias da Hispânia, dando mostras, sobretudo o segundo, de uma impressionante maturidade na produção de um discurso historiográfico coerente, no relato dos feitos dos reis e na formulação de uma memória colectiva. Estes textos eram muito provavelmente conhecidos na corte portuguesa, uma vez que a rainha D. Beatriz era filha predilecta de Afonso X. Comparada com eles, a Primeira Crónica Portuguesa é de uma evidente rudeza. Se teve uma primeira redacção pelos anos 80, parece pouco mais do que o esboço de uma narrativa compósita e mal cerzida a que se juntam dados de vária ordem artificialmente inseridos no texto. Só a personagem de Afonso Henriques adquire alguma consistência, mas como um caudilho irrequieto e colérico, não tanto como chefe militar conquistador de vastos territórios ou

como detentor de um poder acima de qualquer outro, e muito menos como fundador de uma nação.

Ora o primeiro cronista português escreve quase cem anos depois do cónego regente de Coimbra autor dos Anais, ter produzido um texto curto, mas coerente, e de grande unidade, que apresenta uma visão carismática do primeiro rei de Portugal, fazendo dele o instrumento de Deus para destruição dos inimigos da fé. Ignora por completo o seu predecessor e, em vez do exaltar o rei e o conquistador do território retrata-o como um quase matricida e como um herói marcado pela maldição. Não se esforça por dar relevo às suas conquistas nem ao seu talento militar. A batalha de Ourique não lhe merece nenhuma atenção especial. Do reinado de Sancho I só lhe interessa o nome da mulher, dos numerosos filhos legítimos e ilegítimos e dos seus casamentos e lugares de sepultura. As guerras com Leão e os infortúnios do fim do século XII nada deixam na crónica. O mesmo se diga de Afonso II, transformado em conquistador de Alcácer do Sal, mas ignorado enquanto verdadeiro rei; ou melhor identificado como «bom cristão no começo» e «na cima» «peor» - o que quer dizer que a corte guardou a memória da contestação que sofreu por parte dos sectores senhoriais, mas não dos seus notáveis esforços de fortalecimento da coroa. Para voltar a encontrar alguma coisa que se pareça com uma verdadeira crónica dos reis de Portugal, é preciso chegar ao reinado de Sancho II, onde aparece um relato objectivo mas esquelético da intervenção papal para entregar o trono a seu irmão Afonso III, e assim afirmar que foi legítimo sucessor da coroa.

E a partir daqui? Se cronista havia na corte, porque nada registou do reinado de Afonso III nem sequer como apêndice? Se os elementos identificados por Filipe Moreira como acrescentos o foram de facto (e não apenas elementos autónomos que escribas não credenciados foram apontando ou juntando à Primeira Crónica), temos de concluir que Afonso III não se interessou pelo relato dos seus próprios feitos, como digno sucessor de seus pais e avós, nem sequer para registar a conquista definitiva do Algarve ou o seu casamento com a filha de Afonso X, ou a sua habilidade para evitar conflitos com o sogro. E que dizer de D. Dinis, o rei poeta, o fundador da Universidade Portuguesa? Nada fez para que os vindouros soubessem que lhe deviam o traçado definitivo das fronteiras do reino, a dispendiosa edificação dos castelos com que guarneceu a fronteira, as triunfantes incursões militares em território leonês, o prestigiado papel como árbitro

das desavenças e acordos entre os reis de Castela e de Aragão, a pacificação dos conflitos com a Santa Sé?

Não exageremos, pois, o valor da Primeira Crónica Portuguesa, como testemunho da ideologia régia. Pode ser que Afonso III, no princípio do seu reinado, tivesse encomendado um texto sobre a legitimidade do seu poder. O que ficou na Crónica não tem mais de 20 linhas e é apenas um relato descarnado. O rei pode ter admirado a monumentalidade da obra historiográfica de seu sogro. Mas não há nenhum indício de que ele ou, sequer, seu filho Dinis percebessem o interesse que, para si próprios e seus sucessores, teria a criação de uma narrativa memorialística das acções régias que serviria de justificação intelectual da sua autoridade sobre o país que governavam, que postulasse a permanência do poder político e a sua ligação à colectividade nacional.

A menos que se venha a descobrir alguma crónica até agora inteiramente desconhecida, temos de procurar os vestígios da tradição ideológica da monarquia (na linha dos Anais de Santa Cruz) nas obras do Conde D. Pedro, bastardo do rei D. Dinis, não só através das informações que dá acerca dos reis portugueses depois de Afonso III, sobretudo acerca dos reis seu pai e seu meio-irmão, mas também nas alterações textuais aos materiais que usou na Crónica de 1344. Parecem-me especialmente significativos estes últimos. Assim acontece no diálogo de Afonso Henriques com o legado papal, quando o rei, na versão do Conde de Barcelos, o mostra a despir-se para lhe mostrar as feridas que tinha recebido nas suas lutas com os mouros e que lhe davam o direito de desprezar a autoridade papal⁴; ou na referência aos cinco reis mouros vencidos em Ourique e na explicação da forma do escudo real com os cinco escudetes em memória dos reis vencidos (ampliando assim um dado que se encontra em embrião na IV Crónica Breve mas não consta da Primeira Crónica Portuguesa).

Ora estes elementos têm, de facto, um forte sentido ideológico. O seu aparecimento tardio significa que a memória histórica acerca dos reis portugueses foi, até meados do século XIV, pouco consistente. Foi, afinal, mais e melhor cultivada por um autor que, embora bastardo de rei, se distancia claramente da corte régia, combate com todo o vigor a restrição das prerrogativas senhoriais e a centralização monárquica, e defende o

⁴ Ver a este respeito as significativas referências ao tema do guerreiro ferido em M. de Lurdes Rosa, «As feridas do chefe guerreiro, as chagas de Cristo e a quebra dos escudos: caminhos da mitificação de Afonso Henriques na Baixa Idade Média», *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Guimarães, Câmara Municipal, 1997, vol. III, pp. 83-123.

princípio de que o rei tem o dever moral de compensar a participação das linhagens na conquista do território, e portanto na independência de Portugal. Interpreto estes factos como indícios de que a ideologia régia foi, inicialmente, cultivada apenas por alguns elementos cultos de um clero mais motivado pela luta contra o Islão do que pela construção de um poder monárquico forte e independente, e que o seu desenvolvimento tardio se deve à existência de uma vigorosa resistência senhorial que os reis Afonso II, Afonso III e Dinis souberam dominar mais por processos administrativos e burocráticos do que por processos intelectuais. Os letrados de que se serviram foram mais legistas e notários do que pensadores, filósofos, teólogos ou cronistas.

POST SCRIPTUM

Foi só depois de ter escrito o texto que aqui publico que pude ler o artigo de José Carlos Miranda também publicado neste número da *Medievalista*. Não posso deixar de sublinhar o grande interesse das suas sugestões, fundadas, sobretudo, na comparação da Primeira Crónica Portuguesa com a obra de Lucas de Tuy. Trata-se de uma via que não foi até agora explorada e que promete rasgar um horizonte inesperado na panorâmica da historiografia peninsular pré-afonsina. Perante estas perspectivas, as propostas que faço acerca do texto português, baseadas apenas em dados de crítica interna, embora me pareça que não devem ser esquecidas, passam naturalmente para segundo plano.

Como citar este artigo: MATTOSO, José – “A primeira Crónica Portuguesa”. *Medievalista* [Em linha]. N°6, (Julho de 2009). [Consultado dd.mm.aaaa]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>. ISSN 1646-740X.